

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.068 - SP (2020/0274812-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INCS - INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS DA SAUDE
ADVOGADOS : BRUNO CORRÊA RIBEIRO - SP236258
ELINA PEDRAZZI - SP306766
RENATO NEVES NICOLETI - SP414043
AGRAVADO : L.A.R. SUL COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E
SERVICOS EIRELI
ADVOGADO : GUILHERME ZUNFRILLI - SP315911

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por INCS - INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL DECISÃO QUE REJEITOU EXCEÇÃO DE PRÉEXECUTIVIDADE ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL DUPLICATAS QUE PREENCHEM OS REQUISITOS LEGAIS DE TÍTULO EXECUTIVO RATIFICAÇÃO DA DECISÃO HIPÓTESE EM QUE A INTERLOCUTÓRIA AVALIOU CORRETAMENTE OS ELEMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS APRESENTADOS PELAS PARTES DANDO À CAUSA O JUSTO DESLINDE NECESSÁRIO APLICAÇÃO DO ART 252 DO RITJSP DECISÃO MANTIDA RECURSO NÃO PROVIDO

Quanto à controvérsia, alega violação dos arts. 330, I, 783 e 784 do CPC, e 2º, I a IX, da Lei 5.474/68, no que concerne à inépcia da inicial e higidez do título executivo, trazendo os seguintes argumentos:

Conforme se observa as fls. 23/33, verifica-se que os documentos juntados pelo Recorrido, não são duplicatas, vez que as duplicatas possuem: I - a denominação "duplicata", a data de sua emissão e o número de ordem; II - o número da fatura; III - a data certa do vencimento ou a declaração de ser a duplicata à vista; IV - o nome e domicílio do vendedor e do comprador; V - a importância a pagar, em algarismos e por extenso; VI - a praça de pagamento; VII - a cláusula à ordem; VIII - a declaração do reconhecimento

de sua exatidão e da obrigação de pagá-la, a ser assinada pelo comprador, como aceite, cambial; IX - a assinatura do emitente.

Desta forma, verifica-se que os documentos juntados pelo Recorrente não correspondem ao previsto no artigo 2º, incisos I a IX, da lei nº 5.474/1968.

Portanto, resta evidenciada a contrariedade da lei federal, vez que o V. Acórdão de fls., não verificou as premissas da demanda, dando-se interpretação divergente no tocante aos artigos 330, inciso I, 783 e 784 do Código de Processo Civil, bem como ao artigo 2º, incisos I a IX, da lei nº 5.474/1968.

Portanto, é certo que os documentos juntados pelo Recorrido não preenchem todos os requisitos que tornem os documentos em títulos executivos extrajudiciais, denominadas duplicata. Assim, incorre o v. acórdão em contrariedade a lei federal.

Por outro lado, no caso em questão, verifica-se que a Recorrido não comprova, de maneira eficaz, a inadimplência do Recorrente, e, por isso, não deve prosperar a presente ação em face do Recorrente INCS (fls. 46/47).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

De saída, denota-se que a fls. 80 a executada anexou comprovante de pagamento da quantia de R\$ 720,00, referente à nota fiscal nº 016935, sendo que a exequente reconheceu o pagamento (fls.129). Portanto, a nota fiscal e a duplicata correspondente (fls. 26/30), ficam excluídas da presente ação. Afasto a preliminar suscitada pela ré, de inépcia da inicial, pois denota-se que as duplicatas são oriundas das notas fiscais números 016.045 e 014.749, demonstrando a exequente que houve a entrega das mercadorias (fls. 23/25 e 31/33), sendo que as duplicatas foram emitidas na forma de boletos bancários, os quais ostentam todos os atributos do título executivo, inclusive denominado como "Espécie Doc. DM" - duplicata mercantil; constando ainda a data da emissão, número de ordem, número da nota fiscal, data do vencimento e identificação do pagador, além de mencionar a falta de aceite. No tocante ao inadimplemento, caberia à própria executada comprovar, documentalmente, que efetuou o pagamento das duplicatas, mas somente o fez em relação ao título de número 016935. Assim, REJEITO A PRESENTE EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE.” (fl. 39).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente